

Ata da Comissão de Redação do Plano Estadual de Cultura

Dias: 15 e 16/12/2014
Secretaria de Estado da Cultura

No dia quinze de dezembro de 2014, os membros da Comissão de Redação do Plano Estadual de Cultura reuniram-se no Salão Nobre da Secretaria de Estado da Cultura para dar continuidade aos trabalhos do grupo. A mesa foi composta por Jamil Scatena, titular indicado da Secretaria de Estado da Cultura, e Lívia Andrade, analista técnica de Apoio à Elaboração dos Planos Estaduais de Cultura. A primeira pauta do dia foi a aprovação da ata do encontro anterior.

Na sequência, o grupo voltou a discutir a inclusão ou não dos itens (abaixo) na Minuta do Projeto de Lei do Conselho Estadual de Cultura, que será apresentado ao Secretário.

- 1-Colegiado Universidades
- 2-Colegiado dos Movimentos Sociais
- 3-Colegiado dos Pontos de Cultura
- 4-Colegiado de Populações em Situação de Vulnerabilidade
- 5-Colegiado de Entidades Carnavalescas
- 6-Colegiado de Cultura Alimentar
- 7-Colegiado da Cultura Caiçara
- 8-Colegiado Rádio Difusão Comunitária
- 9-Colegiado das Artes de Fronteira e Novas Tendências
- 10-Colegiado Setorial de Cultura Povos Tradicionais de Matriz Africana

José Pedro da Silva Neto, suplente de Cultura Popular, propôs a retirada do Colegiado de Pontos de Cultura, argumentando que eles já estavam incluídos no Colegiado de Cultura de Povos Tradicionais de Matriz Africana. Veguinaldo Rodrigues, titular de São Paulo Capital, defendeu a manutenção dos Pontos de Cultura. Ele lembrou que dos 20 Conselhos existentes no Brasil, 10 possuem uma constituição paritária, dois têm mais participação da Sociedade Civil e os outros têm função mais governamental.

Izabel Christina Galvão da Silva, suplente dos Pontos de Cultura, lembrou da representatividade dos Pontos de Cultura nos fóruns regionais, estaduais e disse que os Pontos de Cultura são Sociedade Civil e não Governo. Humberto Vital, titular dos Pontos de Cultura, reforçou a fala de Izabel e lembrou que os Pontos de Cultura já ultrapassaram a esfera nacional e estão se expandindo para América Latina.

José Pedro da Silva Neto, suplente de Cultura Popular, sugeriu o Fórum Nacional dos Pontos de Cultura, que foi acatado por todos. Luciano Dami de Oliveira, titular da região de Franca, lembrou que no último encontro a Comissão resolveu fazer reuniões regionais e de lá tirar os nomes para o Conselho. Ele levantou o caso de representações que aparecem apenas em uma região. A Cultura Caiçara está em algumas regionais, mas não em todas. Com a Cultura Italiana acontece a mesma coisa. Ele demonstrou preocupação em retirar uma representação que é regional e assim matar um segmento. Jamil Scatena, titular indicado pela Secretaria de Estado de Cultura, lembrou que quanto mais inchar o Conselho, mais difícil se torna conseguir fazer as reuniões. Oswaldo Ramos Leão, suplente da região de Itapeva, sugeriu que casos atípicos sejam vinculados à Cultura Popular.

José Pedro da Silva Neto, suplente de Cultura Popular, sugeriu a retirada das Universidades, alegando que vários conselheiros já são professores de Universidade. Humberto Vital, titular dos Pontos de Cultura, apoiou o colega, ressaltando que a universidade tem um papel consultivo. Luciano Dami de Oliveira, titular da região de Franca, concordou com a retirada, mas sugeriu uma possível reinserção, caso haja necessidade por causa da paridade.

Veguinaldo Rodrigues, titular de São Paulo Capital, defendeu a participação das Entidades Carnavalescas e foi apoiado por Jamil Scatena e Izabel Christina Galvão da Silva, suplente dos Pontos de Cultura. Ela afirmou que as Entidades Carnavalescas é o que há de mais arraigado na cultura brasileira e abrangem todas as demais linguagens: a música, os negros, o teatro.

José Pedro da Silva Neto, suplente de Cultura Popular, sugeriu tirar "Entidades" do nome. Veguinaldo Rodrigues, titular de São Paulo Capital, explicou que a proposta de "Entidades Carnavalescas" não foi no sentido de ter CNPJ.

Ele lembrou a dificuldade do interior e disse ter se referido ao carnaval de rua. Jamil Scatena, titular indicado pela Secretaria de Estado da Cultura, sugeriu Entidades do Samba e do Carnaval, o que foi acatado com a seguinte modificação: ao invés de Entidade, Colegiado.

José Pedro da Silva Neto, suplente de Cultura Popular, sugeriu a retirada da Cultura Alimentar. Luciano Dami de Oliveira, titular da região de Franca, foi favorável à manutenção, argumentando que é uma vertente da cultura que está morrendo. Ele citou a queima de alho, evento que acontece dentro da Festa do Peão de Barretos. Celso Aguiar Costa Junior, titular da região de Presidente Prudente, sugeriu agregá-la dentro do Colegiado de Povos Tradicionais.

Marília Bonas Conte, titular de São Paulo Capital, salientou que Cultura Alimentar está dentro de Cultura Caiçara e Cultura Tradicional. Ela ressaltou a importância delas estarem no detalhamento dos Colegiados no Plano Estadual de Cultura. Veguinaldo Rodrigues, titular de São Paulo Capital, lembrou que no caso paulista, a Secretaria de Turismo está lançando um estudo sobre a Cultura Alimentar no Estado de São Paulo e lembrou que o Turismo vai ter assento no Conselho. Luciano Dami de Oliveira, titular da região de Franca, disse que se sentir contemplado, se a Cultura Alimentar entrar como detalhamento no Colegiado de Cultura Tradicional.

Adonias Garcia, titular da região de Barretos, questionou onde ficaria a Cultura Caipira e frisou que, em Barretos, ao invés de Cultura Caipira, eles utilizam o termo Cultura do Sertão. José Pedro da Silva Neto, suplente de Cultura Popular, propôs tirar Cultura Caipira e Cultura Caiçara porque elas já estão representadas dentro de Cultura Tradicional.

Hadailton José Teixeira, titular da região de São José do Rio Preto, afirmou que as Rádios Comunitárias são entidades culturais em seus municípios. Elas não são comerciais, mas tomam algumas atitudes para a sobrevivência. Ele defendeu o Colegiado de Rádios Comunitárias. Luciano Dami de Oliveira, titular da região de Franca, lembrou da existência do Colegiado de Audiovisual e disse que as rádios comunitárias poderiam entrar no detalhamento.

José Pedro da Silva Neto, suplente de Cultura Popular, defendeu dois Colegiados, um de Povos de Matriz Africana, outro de Cultura Afro-brasileira. Ele argumentou que se trata de conceitos bem diferentes. Thaís de Souza Rivitti, titular de Artes Visuais, argumentou que ele estava sendo contrário ao encaminhamentos de vários outros Colegiados, onde sugeriu a síntese de várias vertentes dentro de um só.

Thaís de Souza Rivitti, titular de Artes Visuais, questionou o porquê da junção de Artes Visuais com Design. Jamil Scatena, titular da Secretaria, explicou que foi a decisão da Comissão no encontro anterior, que não teve a presença de ninguém de Artes Visuais. Ele ainda frisou que haverá oportunidade de debate, quando o Plano for para consulta pública.

José Pedro da Silva Neto, suplente de Cultura Popular, pediu a inclusão do Artigo 9 sobre a competência dos Colegiados e, assim, a Minuta do Projeto de Lei do Conselho Estadual de Cultura foi aprovada.

Na parte da tarde, a Comissão se dividiu em Eixos para discutir a Minuta do Fundo Estadual de Cultura. Depois de duas horas de discussão, os relatores dos Eixos Um (Amarantino Jesus de Oliveira, titular da região de Campinas), Eixo Três (Marília Bonas Conte, titular de São Paulo Capital, que substituiu Isabela Umbuzeiro Valent, suplente de São Paulo Capital) e Eixo Quatro (Luciano Dami de Oliveira, titular da região de Franca), compuseram a mesa para expor os aspectos levantados por cada grupo.

Luciano Dami de Oliveira, titular da região de Franca, propôs a substituição no Artigo 2 de “no principal” por “um dos mecanismos”. O texto ficaria assim: O Fundo Estadual de Cultura – FEC se constitui um dos mecanismos. Amarantino Jesus de Oliveira, titular da região de Campinas, discordou porque acredita que o Fundo Estadual de Cultura tem que ser o principal instrumento de financiamento por estar vinculado ao Conselho.

Gabriel Fontes Paiva, suplente de teatro, explicou que o Eixo Quatro optou por “um dos mecanismos”, por não saber se “o principal” ajudaria ou prejudicaria o processo. Amilson Godoy, titular de Música, reforçou o argumento: se você atribui como principal algo que ainda não existe, há a possibilidade de comprometer o que já foi conquistado. Por fim, a Comissão resolveu manter o principal.

Maria Stela Cabral, titular da Grande São Paulo, levantou outra dúvida neste artigo. Ela considerou restritiva a seguinte frase “cofinanciamento pela União, Estado e Municípios” e sugeriu a substituição por “cofinanciamento

pela União e ou Estado e ou Municípios”. Davidson Panis Kaseker, titular do SISEM, argumentou que a frase se trata da transferência fundo a fundo, de acordo com o Sistema Nacional de Cultura, portanto sem “e ou”. A Comissão decide por manter o texto original.

Outro assunto levantado foi se o PROAC deve ou não estar dentro do Fundo. Amarantino Jesus de Oliveira, titular da região de Campinas, levantou sua preocupação quanto à vinculação dos recursos do Fundo ao PROAC Editais. Beatriz Maria Vianna Rosa, titular de Campinas, explica que é o Plano Estadual de Cultura que vai definir para os conselheiros quais os programas e leis. A Secretaria de Estado da Cultura tem programas, mas o que nos interessa são as ampliações.

Marco Antonio Pardim, titular da região de Sorocaba, apontou a necessidade de vetar a Secretaria de Estado da Cultura de usar dinheiro do Fundo para aplicar em programas que ela já tem, como o PROAC.

Maria Stela Cabral, titular da Grande São Paulo, lembrou que há uma discussão nacional sobre a lei Rouanet, porque hoje quem define o uso dos recursos são os empresários. Davidson Panis Kaseker, titular do SISEM, colocou como sugestão que as empresas que não queiram escolher os projetos, façam a renúncia fiscal e doem o dinheiro para o Fundo escolher.

Beatriz Maria Vianna Rosa, titular de Campinas, lembrou à Comissão que o grupo está criando um mecanismo novo e que é normal arriscar, que outras instâncias colocaram suas questões. Ela lembrou que o PROAC Editais é uma resposta ao pedido de criação do fundo.

Marco Antonio Pardim, titular da região de Sorocaba, defendeu uma participação maior da Sociedade Civil no Fundo, alegando que o Conselho já é paritário. A composição seria 75% Sociedade Civil e 25% Poder Público. José Vinagre, titular da região de Bauru, pediu alteração do Artigo 10, item I. Onde está “simbólica, econômica e social” passa a ser “simbólica, econômica e cidadã”.

Amarantino Jesus de Oliveira, titular da região de Campinas, lembrou que muita gente não aceita que a Cultura gere economia, mas considera um aspecto que precisa ser levado em conta, porque quando você vai falar com um gestor cultural a pergunta dele será: o que isso traz de retorno? Adonias Garcia, titular da região de Barretos, colocou-se radicalmente contra. A Comissão encaminhou uma votação. A primeira proposta foi “Artística, simbólica e cultural”, que teve quatro votos, a segundo foi “Simbólica, econômica e cidadã, que teve 16 votos.

Neste primeiro dia de encontro, Marcos Aguiar e Wagna Souza, ambos da ONG Opção Brasil, apareceram representando os Povos Indígenas, que até aquele momento não havia mandando seus representantes. Mas como eles não constam na lista da Comissão, Jamil Scatena, titular indicado pela Secretaria de Estado da Cultura, ligou para o presidente do Conselho dos Povos Indígenas, Marcílio Marcolino, pedindo que ele mandasse um ofício para documentar o pedido de substituição. Marcílio enviou com o nome de Joel Augusto Martim no lugar de David Fernandes Martim, que estava como suplente dos Povos Indígenas.

No dia dezesseis de dezembro de 2014, os membros da Comissão de Redação do Plano Estadual de Cultura reuniram-se no Salão Nobre da Secretaria de Estado da Cultura para fechar a Minuta do Fundo Estadual de Cultura. A mesa foi composta pelos relatores dos Eixos Um (Amarantino Jesus de Oliveira, titular da região de Campinas), Eixo Três (Marília Bonas Conte, titular de São Paulo Capital, que substituiu Isabela Umbuzeiro Valent, suplente de São Paulo Capital) e Eixo Quatro (Luciano Dami de Oliveira, titular da região de Franca), compuseram a mesa para expor os aspectos levantados por cada grupo.

Amarantino Jesus de Oliveira, titular da região de Campinas, ponderou que todas as polêmicas do dia anterior aconteceram porque a Comissão discutiu o Fundo fora do Sistema de Financiamento. Ele propôs voltar ao Sistema de Financiamento para resolver os impasses em relação ao Fundo, que está com uma vertente financiamento, outra de fomento. Ele frisou que o Ministério da Cultura, quando fez esta proposta de redação, mesclou tudo que já existia de Sistema de Financiamento em um único modelo para disponibilizar aos Estados que não tinham uma estrutura consistente. Mas São Paulo tem o PROAC e a possibilidade de ter outros Fundos dentro do próprio Fundo.

A Comissão decidiu por voltar ao Sistema Estadual de Cultura para entender o todo. Amarantino Jesus de Oliveira, titular da região de Campinas, fez a leitura do documento e os membros da Comissão o interrompiam quando queriam marcar algum destaque para comentar posteriormente.

No destaque do Artigo 33, parágrafo 5º, a sugestão foi acrescentar “e metropolitano” depois de “planejamento urbano”. No Artigo 34, Humberto Vital, titular do Pontos de Cultura, perguntou à Comissão, se ela achava razoável deixar o item III c, Sistema Estadual de Informações e Indicadores Culturais, já que isso implicaria em mais gastos. A Comissão optou por manter e tirar a não obrigatoriedade por considerar a informação como essencial ao planejamento. O grupo ainda ressaltou a necessidade do Plano conter o detalhamento de como será alimentado este Sistema Estadual de Informações. Amarantino Jesus de Oliveira, titular da região de Campinas, pontuou que os indicadores que a Comissão deseja pode ser diferente dos indicadores que o Sistema Nacional propõe e isso precisa constar no Plano Estadual de Cultura. Sebastião José Soares, titular de Cultura Popular, destacou a importância da criação de cargos para que haja pessoas alimentando este Sistema Estadual de Informações.

Davidson Panis Kaseker, titular do SISEM, propôs tornar obrigatório para os municípios alimentar o Banco de Dados do Estado ao aderir o Sistema Estadual de Cultura. A Comissão resolver deixar a obrigatoriedade só para o Estado e não para municípios.

José Pedro da Silva Neto, suplente de Cultura Popular, destacou o Artigo 39, item XI. Ele pediu para colocar no final da frase “levando em consideração a diversidade cultural e as particularidades locais”. José Pedro da Silva Neto explicou que na Cultura Popular, Tradicional há formadores que são mestres e mestras e não acadêmicos.

Amarantino Jesus de Oliveira, titular da região de Campinas, sugeriu que em uma das Conferências a Comissão sentasse para avaliar as metas do Plano Estadual de Cultura. Mas a maioria dos membros discordaram que a Conferência seja momento para isso e o grupo resolveu deixar o texto como estava.

No Artigo 53, parágrafo 1º, a Comissão decidiu tirar “macro-regiões” e substituir “municípios” por regiões. O texto ficou assim:

§ 1º Considerando a composição das 16 regiões administrativas do Estado de São Paulo e São Paulo Capital, terão assento na Comissão Intergestores Bipartite – CIB, as seguintes regiões:

- I. Região Administrativa de São Paulo
- II. Região Administrativa de Campinas
- III. Região Administrativa de São José dos Campos
- IV. Região Administrativa de Sorocaba
- V. Região Administrativa de Franca
- VI. Região Administrativa Central
- VII. Região Administrativa de Bauru
- VIII. Região Administrativa de São José do Rio Preto
- IX. Região Administrativa de Araçatuba
- X. Região Administrativa de Ribeirão Preto
- XI. Região Administrativa de Marília
- XII. Região Administrativa de Presidente Prudente
- XIII. Região Administrativa de Barretos
- XIV. Região Administrativa de Santos
- XV. Região Administrativa de Registro
- XVI. Região Administrativa de Itapeva
- XVII. Região Metropolitana de São Paulo

José Pedro da Silva Neto, suplente de Cultura Popular, destacou o Artigo 77 e pediu para acrescentar no final: “levando em consideração a diversidade cultural e as particularidades locais”. No Artigo 78, item I, Luciano Dami de Oliveira, titular da região de Franca, sugeriu a substituição de “qualificação técnico-administrativa e capacitação em política cultural dos agentes envolvidos” por “qualificação técnico-administrativa-cultural-artística e formação em política cultural dos agentes envolvidos”. A Comissão também votou pela eliminação do item II.

Maria Stela Cabral, titular da Grande São Paulo, destacou o Artigo 89 indagando à Comissão como se dará a distribuição total de recursos. Foram levantadas hipóteses da distribuição se dar por IDH, por densidade populacional, etc. Por fim, a Comissão deixou a questão para ser definida mais para frente e retirou a parte final do artigo “devendo ser aplicado, no mínimo, ____ por cento em cada macro-região do Estado”.

Benedito Donizete Alemão Packer, suplente do Conselho da Pessoa com Deficiência, sugeriu a inclusão dos seguinte do Artigo 102: “A Secretaria de Estado da Cultura deverá dar publicidade por meios eletrônicos da prestação contas do exercício de todas as suas atividades através de audiências públicas realizadas com a aprovação do Conselho Estadual de Política Cultural”. A Comissão acatou. Luciano Dami de Oliveira, titular da região de Franca, sugeriu um Parágrafo Único: “Os municípios que integram o Sistema Estadual de Cultura deverão seguir a mesma normativa

José Pedro da Silva Neto, suplente de Cultura Popular, solicitou à Secretaria de Estado da Cultura que os membros da Comissão de Redação do Plano Estadual de Cultura possam estar junto com o secretário no ato de entrega do Plano Estadual de Cultura à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

Luciana Camila Dórcia Tápias Pupa de Freitas, suplente de Dança, Silvana Pereira Gimenes, titular do Conselho da Pessoa com Deficiência, Miriam Fontana, suplente da região de Ribeirão Preto e Conceição Aparecida Domingos Vercesi, suplente do Conselho da Comunidade Negra, não puderam comparecer nas reuniões, mas justificaram a ausência por email. Maurício Fonseca, do Centro de Estudos e Pesquisas de Administração Municipal (Cepam), esteve presente no encontro como observador.

Eu, Livia Andrade, analista técnica de Apoio à Elaboração dos Planos Estaduais de Cultura, redigi a presente ata.

Lista de Presença

Região/Seguimento	Indicado / Eleito	Cidade	Presentes 15 e 16		Status
São Paulo Capital	Marília Bonas Conte	São Paulo	OK	OK	Titular
São Paulo Capital	André Guilherme	São Paulo	A	A	Suplente
São Paulo Capital	Veguinaldo Rodrigues	São Paulo	OK	OK	Titular
São Paulo Capital	Isabela Umbuzeiro Valent	São Paulo	A	A	Suplente
Grande São Paulo	Mateus Sartori	Mogi das Cruzes	A	A	Titular
Grande São Paulo	Glaucio R. Gonzales	Ribeirão Pires	A	A	Suplente
Grande São Paulo	Maria Stela Cabral	Diadema	OK	OK	Titular
Grande São Paulo	Douglas Pinheiro	Embu Guaçu	A	A	Suplente
Campinas	Beatriz Maria Vianna Rosa	Campinas	OK	OK	Titular
Campinas	Gabriel Guedes Rapassi	Campinas	A	A	Suplente
Campinas	Armarantino Jesus de Oliveira	Hortolândia	OK	OK	Titular
Campinas	Eufradisio Modesto	Jundiaí	A	A	Suplente
Araçatuba	Henry Mascarós	Araçatuba	OK	OK	Titular
Araçatuba	Élio Siqueira Rocha	Piçatú	A	A	Suplente
Araraquara	Ricardo Portari Filho	Araraquara	OK	FJ	Titular
Araraquara	Evandro Duarte de Camargo Mesquita	Taquaritinga	A	A	Suplente
Barretos	Adonias Garcia	Barretos	OK	OK	Titular
Barretos	Marcelo Leandro Lourenço	Barretos	A	A	Suplente
Bauru	José A. R. Vinagre	Bauru	OK	OK	Titular
Bauru	Ricardo F. Rodrigues	Bariri	A	A	Suplente
Franca	Luciano José Dami de Oliveira	Batatais	OK	OK	Titular
Franca	Daniel Francisco de Aguiar	Franca	A	A	Suplente

Itapeva	Flavio Antonio de Carvalho	Itapeva	A	A	Titular
Itapeva	Oswaldo Ramos leão	Itapeva	OK	OK	Suplente
Marília	Denise Campos Justino	Marília	FJ	FJ	Titular
Marília	Leila Moreira da Silva	Oscar Bressane	OK	OK	Suplente
Presidente Prudente	Celso Aguiar Costa Junior	Presidente Prudente	OK	OK	Titular
Presidente Prudente	Ester Alves Conceição	Santo Anastácio	A	A	Suplente
Registro	Carlos Alberto Pereira Júnior	Registro	A	A	Titular
Registro	Maria Rita Basso	Cananéia	A	A	Suplente
Ribeirão Preto	João Pedro Pinto Nascimento	Ribeirão Preto	A	A	Titular
Ribeirão Preto	Mirian Regines Fontana	Ribeirão Preto	FJ	FJ	Suplente
Santos	Raul Christiano	Santos	OK	FJ	Titular
Santos	Juliana Veiga dos Santos	Bertioga	OK	OK	Suplente
São José do Rio Preto	Hadailton José Teixeira	Palestina	OK	A	Titular
São José do Rio Preto	Marinês da Silva Monhoni de Lima	Votuporanga	A	A	Suplente
São José dos Campos	André Silva dos Santos	São José dos Campos	A	A	Titular
São José dos Campos	Mario Jefferson Leite Melo	Taubaté			Suplente
Sorocaba	Marco Antonio Pardim	Salto	OK	OK	Titular
Sorocaba	Débora Bergamini Moreira da Silva	Araçoiaba da Serra	A	A	Suplente
Conselho LGBT	Mariah Agatha Jeremias de Souza Lima	Ribeirão preto	FJ	FJ	Titular
Conselho LGBT	Dário Ferreira de Souza Neto	São Paulo	A	A	Suplente
Conselho Comunidade Negra	Eliza Gabriel da Costa	Limeira	A	A	Titular
Conselho Comunidade Negra	Conceição Aparecida Domingos Vercesi	Botucatu	FJ	FJ	Suplente
Conselho Povos Indígenas	Marcílio Marcolino	São Paulo	A	A	Titular
Conselho Povos Indígenas	David Fernandes Martim	São Paulo	A	A	Suplente
Conselho Pessoa com Deficiência	Silvana Pereira Gimenes	São Paulo	FJ	FJ	Titular
Conselho Pessoa com Deficiência	Benedito Donizete Alemão Packer	Juquiá	OK	OK	Suplente
Pontos de Cultura	Humberto Vital Ferreira Filho	São Paulo	OK	OK	Titular
Pontos de Cultura	Izabel Christina Galvão da Silva	São Paulo	OK	OK	Suplente
SESC	João Paulo Leite Guadanucci	São Paulo	OK	OK	Titular
SESC	Virgínia Baglini Chiaravalloti	São Paulo	A	A	Suplente
SISEB	Adriana Cybele Ferrari	São Paulo	FJ	FJ	Titular
SISEB	Rosane Fagotti Voss	Garça	A	A	Suplente
SISEM	Davidson Panis Kaseker	São Paulo	OK	OK	Titular
SISEM	Luiz Fernando Mizukami	São Paulo	A	A	Suplente
Artes Visuais	Tais de Souza Rivitti	São Paulo	OK	OK	Titular
Artes Visuais	Norberto Stori	São Paulo	A	A	Suplente
Audiovisual	Rossana Eliza Foglia	São Paulo	A	A	Titular

Audiovisual	Leyla Fernandes	São Paulo	A	A	Suplente
Capoeira	Alessandra Regina Gama	Campinas	A	A	Titular
Capoeira	Rodrigo Bruno Lima	São Paulo	A	A	Suplente
Circo	Maria Isabel de Assumpção	São Paulo	FJ	OK	Titular
Circo	Marlene Olimpia Querubin	São Paulo	OK	A	Suplente
Dança	Ana Cristina Echevengúá Teixeira	São Paulo	A	OK	Titular
Dança	Luciana Camila Dórcia Tápias Pupa de Freitas	Piracicaba	FJ	FJ	Suplente
Hip-Hop	Cristiane Bernardino Dias	São Paulo	OK	OK	Titular
Hip-Hop	Eduardo José Barbosa	São Paulo	A	A	Suplente
Literatura, livro e leitura	Marisa Phailpert Lajolo	São Paulo	A	A	Titular
Literatura, livro e leitura	Joaquim Maria Guimarães Botelho	São Paulo	A	A	Suplente
Música	Amilson Godoy	São Paulo	OK	OK	Titular
Música	Carlos José Fernandes Neto	São Paulo	A	OK	Suplente
Patrimônio	Carlos Camilo Mourão Junior	São Paulo	OK	OK	Titular
Patrimônio	Luís Renato Thadeu Lima	Casa Branca	A	A	Suplente
Teatro	Paulo Pélico	São Paulo	A	A	Titular
Teatro	Gabriel Fontes Paiva	São Paulo	OK	OK	Suplente
Indicação SEC	Sebastião José Soares	São Paulo	OK	OK	Titular
Indicação SEC	José Pedro da Silva Neto	São Paulo	OK	OK	Suplente
Indicação SEC	Jamil Scatena	São Paulo	OK	OK	Titular
Indicação SEC	Sérgio Cordeiro de Andrade	São Paulo	A	A	Suplente
Indicação SEC	Osterno Antônio de Souza	São Paulo	FJ	FJ	Titular
Indicação SEC	Osni de P. Ribeiro Junior	Botucatu	OK	OK	Suplente

A = Ausente

FJ = Falta Justificada

OK = Presente

Marcos Júlio Aguiar, da ONG Opção Brasil, representando os Povos Indígenas

OK - OK

Wagna Soares de Souza, da ONG Opção Brasil, representando os Povos Indígenas

OK - OK

Joel Augusto Martim, representando os Povos Indígenas

A - OK

Maurício Fonseca, observador do Centro de Estudos e Pesquisas de Administração Municipal (Cepam)

OK -OK